

STJ00097486

**WILLIAM  
SANTOS FERREIRA**

**PRINCÍPIOS  
FUNDAMENTAIS  
DA PROVA CÍVEL**

Apresentação:  
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

STJ00097486  
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA PROVA CÍVEL

WILLIAM SANTOS FERREIRA

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

*Apresentação*

© desta edição [2014]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

GISELLE TAPAI  
*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT  
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)  
Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso *site*: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [11-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [23.10.2013]



ISBN 978-85-203-5041-6

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.....	11
1. INTRODUÇÃO – EXTENSÃO E PROFUNDIDADE .....	19
2. PRINCÍPIOS .....	23
2.1 Texto, dispositivo, norma e ordenamento .....	23
2.2 Princípio, regra, ordenamento e sistema .....	25
2.3 Princípios informativos e princípios fundamentais.....	39
2.4 Princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa .....	43
2.4.1 Contraditório – Ciência.....	46
2.4.2 Contraditório – Oportunidade.....	46
2.4.3 Contraditório – Consideração judicial .....	49
3. PROVA CÍVEL.....	53
4. PRINCÍPIO DA ATIPICIDADE DA PROVA.....	59
4.1 Conteúdo e alcance.....	59
4.2 Maior aptidão entre os meios de prova .....	74
4.3 Hipóteses de provas atípicas.....	77
4.3.1 O comportamento das partes no processo como elemento do conjunto probatório.....	77
4.3.2 Prova emprestada .....	82
4.3.3 Fotografia digital .....	82
4.3.4 E-mail .....	82
4.3.5 Fatos ocorridos na Internet.....	83
4.3.6 Prova científica .....	84
4.3.6.1 Prova estatística.....	92
4.3.6.1.1 Prova por amostragem.....	93

5. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS.....	95
5.1 Conteúdo e alcance.....	95
5.1.1 O choque de direitos materiais e sua ponderação pela proporcionalidade .....	98
5.1.2 A exclusão da antijuridicidade do meio potencialmente ilícito de obtenção da prova .....	102
5.1.3 Mitigação da ilicitude de prova como meio assecuratório do devido processo legal e a "estrutura dos limites imanentes" .....	105
5.1.4 Interceptação autorizada judicialmente no processo civil .....	110
5.2 A obtenção ilícita da prova e as consequências processuais do seu reconhecimento.....	112
5.3 "Doutrina dos frutos da árvore venenosa" ( <i>the fruits of the poisonous tree doctrine</i> – provas ilícitas por derivação) .....	116
5.4 Exceções viabilizadoras da licitude e admissibilidade da prova: as teses norte-americanas da fonte independente e do descobrimento inevitável ...	118
6. PRINCÍPIOS DA AQUISIÇÃO "E" COMUNHÃO DA PROVA.....	127
6.1 Conteúdo e alcance.....	127
6.2 Parte produtora de prova contra si mesma.....	133
6.3 Os documentos eletrônicos e digitalizados .....	134
6.4 A garantia da publicidade e a informatização do processo.....	135
6.5 Prova emprestada .....	142
6.5.1 Risco de ilegalidade.....	144
6.5.2 Contraditório e valoração.....	147
6.5.3 Prova emprestada e questões fáticas repetitivas .....	149
7. PRINCÍPIO DA ORALIDADE .....	151
7.1 Conteúdo e alcance.....	151
7.2 Princípio da imediatidade .....	159
7.2.1 Conteúdo e alcance.....	159
7.2.2 Documento em língua estrangeira .....	163
7.2.3 Intérprete e a mediatidade.....	165
7.2.4 Imediatidade "não presencial" .....	166
7.2.5 A oitiva de crianças e jovens em ações de família .....	166
7.2.6 A imediatidade e as perguntas diretamente formuladas pelo advogado para a testemunha .....	167
7.3 Princípio da identidade física do juiz.....	168

7.3.1	Conteúdo e alcance.....	168
7.3.2	O princípio da identidade física do juiz e o art. 515, § 3.º, do CPC.....	171
7.4	Princípio da concentração dos atos probatórios.....	172
7.4.1	Conteúdo e alcance.....	172
7.5	Princípio da recorribilidade em separado sem suspensividade das decisões interlocutórias.....	175
7.5.1	Conteúdo e alcance.....	175
7.6	Impacto das novas tecnologias na oralidade.....	176
7.6.1	Cuidados na adoção de novas tecnologias.....	178
7.6.1.1	O depoimento por sistema de comunicação em tempo real.....	179
7.6.1.2	O segredo de justiça e as novas tecnologias.....	180
7.7	Princípio da oralidade e a colegialidade na instância recursal.....	180
8.	PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICIÊNCIA DOS MEIOS PROBATÓRIOS.....	183
8.1	Conteúdo e alcance.....	183
8.2	Flexibilização, uma necessidade.....	189
8.3	Conteúdo negativo do princípio da máxima eficiência dos meios probatórios e a vedação do comportamento contraditório do juiz.....	194
8.4	Aplicação da multa coercitiva na busca da máxima eficiência dos meios instrutórios.....	195
8.5	A multa punitiva decorrente da <i>contempt of court</i> .....	197
8.6	Aplicações concretas do princípio da máxima eficiência dos meios probatórios.....	199
8.6.1	Máxima eficiência na fixação dos pontos controvertidos.....	199
8.6.2	Máxima eficiência da prova testemunhal.....	200
8.6.2.1	As perguntas formuladas durante a oitiva da testemunha e os questionamentos judiciais.....	200
8.6.2.2	Gravação dos depoimentos.....	201
8.6.2.3	O serviço público de testemunhas impedidas e suspeitas e a imprescindibilidade da eficiência na colheita dos depoimentos.....	201
8.6.2.4	O arrolamento de testemunhas impedidas e suspeitas e a irrenunciabilidade da contradita.....	205
8.6.2.5	Hipóteses de contradita durante ou após o depoimento da testemunha.....	206
8.6.2.6	A ausência de razoabilidade de posturas inflexíveis relacionadas à quantidade de testemunhas.....	207

8.6.2.7	O testemunho de menores de 16 anos.....	208
8.6.3	Máxima eficiência do depoimento pessoal.....	208
8.6.3.1	Confissão não é elemento integrante do conceito de depoimento pessoal.....	208
8.6.3.2	A presença da parte contrária durante o depoimento pessoal e a inconstitucionalidade do disposto no parágrafo único do art. 344 .....	214
8.6.3.3	A indelegabilidade do depoimento da pessoa física e o depoimento da parte quando pessoa jurídica .....	215
8.6.4	Máxima eficiência da prova pericial .....	217
8.6.4.1	Prova pericial útil e praticável .....	217
8.6.4.2	O custeio antecipado da prova pericial .....	218
8.6.4.3	Perícia complexa .....	219
8.6.4.4	Momento preparatório da prova pericial .....	219
8.6.5	Máxima eficiência da prova documental .....	219
8.6.6	Máxima eficiência da inspeção judicial .....	220
8.6.7	Máxima eficiência com a inversão da ordem da produção de provas .....	221
9.	PRINCÍPIO DOS DEVERES-PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ.....	223
9.1	Evolução histórica e ondas renovatórias relevantes .....	223
9.2	Conteúdo e alcance .....	234
9.3	Deveres-poderes instrutórios do juiz e a <i>cooperação instrutória</i> .....	245
9.4	Ônus da prova, convencimento judicial e <i>probatio diabolica</i> .....	251
9.5	Deveres-poderes instrutórios no âmbito recursal .....	257
10.	PRINCÍPIO DA UNIDADE PROBATÓRIA.....	261
10.1	Conteúdo e alcance .....	261
10.2	Efeitos da revelia e a unidade probatória .....	265
10.3	Cumulação de ações e o conjunto probatório .....	267
10.3.1	Ação, reconvenção e conjunto probatório (único) .....	268
10.3.2	Reconvenção, ausência de contestação e a compreensão do termo defesa .....	269
10.3.2.1	Reconhecimento jurídico do pedido e reconvenção .....	270
10.3.3	Reconvenção e revelia.....	272
10.4	Tutela antecipada e o princípio da unidade probatória.....	273
10.5	Ação rescisória e o princípio da unidade probatória.....	275

11. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ .....	277
11.1 A "verdade" e a "certeza" no processo civil: análise crítica .....	277
11.2 Métodos de julgamento .....	284
11.3 Conteúdo e alcance do princípio do livre convencimento motivado do juiz .....	287
11.4 Sentenças <i>infra</i> , <i>extra</i> e <i>ultra petita</i> , a unidade probatória e o livre convencimento motivado .....	293
11.5 Princípio dispositivo e as considerações judiciais de questões fáticas.....	297
11.5.1 Causas de pedir e fatos simples.....	299
11.5.2 Causas de pedir e <i>jus superveniens</i> .....	303
11.5.3 Regras acerca dos fatos que independem de prova .....	304
11.5.3.1 Fato notório.....	305
11.5.3.2 Confissão.....	307
11.5.3.3 Fato incontroverso.....	310
11.5.3.4 Presunção.....	312
11.5.3.4.1 Presunções e o art. 230 do CC .....	321
11.6 Decisão judicial contrária às conclusões do perito .....	322
11.7 Livre convencimento motivado e cognição parcial e não exauriente.....	328
11.8 Provas legais.....	329
11.9 A "prova plena" prevista no Código Civil.....	334
BIBLIOGRAFIA .....	341
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	381